



2022

RELATÓRIO TÉCNICO

88

Gestão estratégica e participativa do SUS

1. IDENTIFICAÇÃO DO TC/TA

NÚMERO DO TC:	88		
TÍTULO DO TC:	Gestão estratégica e participativa do SUS		
Objeto do TC:	Aperfeiçoamento e qualificação da Gestão Estratégica e Participativa do Sistema Unico de Saúde-SUS		
Número do processo:	25000049564/2015-66	Número do SIAFI:	685870
Data de início	29/12/2015	Data de término:	29/12/2025
DETALHAMENTO DO TA	Nº	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
TA:	1	prorrogação	R\$0,00
TA:	2	recurso	R\$46.000.000,00
Valor Total no TC:			R\$ 46.000.000,00
ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA CONTRAPARTE			
Área técnica	Secretaria Executiva (SE/MS)		
Responsável:	Rodrigo Otavio Moreira Da Cruz		
Endereço:	Ministério da Saúde – Esplanada dos Ministérios Bloco G – 3º andar – sala 319. Brasília/DF – CEP: 70058-900		
Telefone:	(61) 331521230	E-mail:	gabinete.se@saude.gov.br
ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA OPAS/OMS			
Área técnica	Sistemas e Serviços de Saúde (UT HSS)		
Responsável:	Roberto Tapia		
Endereço:	Setor de Embaixadas Norte, Lote 19 - Brasília, DF		
Telefone:	(61)32519595	E-mail:	tapiahrob@paho.org

2. CONTEXTO

O Termo de Cooperação nº 88 (TC88) foi firmado em 2015, com vistas ao aperfeiçoamento e à qualificação da gestão estratégica e participativa do SUS, sendo operacionalizado em estreita parceria entre a Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde - OPAS/OMS no Brasil e o Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa, da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde - DGIP/SE/MS.

O TC foi concebido originalmente para apoiar os processos de fortalecimento institucional e desenvolvimento de capacidades da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa - SGEP/MS, conformada por quatro departamentos: o Departamento de Articulação Interfederativa - DAI, o Departamento de Apoio à Gestão Participativa - DAGEP, o Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS e o Departamento de Ouvidoria Geral do SUS - DOGES. A Matriz Lógica do TC reflete a intenção de tornar a cooperação técnica um mecanismo catalisador de processos de integração das ações desenvolvidas pela SGEP, por seus departamentos e outros atores do SUS na gestão estratégica e participativa e integra 03 (três) resultados esperados:

- RE1- Gestão do SUS fortalecida, mediante cooperação técnica, gestão compartilhada, aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, integração regional e controle público.
- RE2- Participação e controle social ampliados e fortalecidos, mediante formação de lideranças sociais; apoio às organizações da sociedade civil e conselhos de saúde; e aperfeiçoamento dos mecanismos de participação
- RE3 - Aperfeiçoamento de estratégias para qualificação do controle, do monitoramento e da transparência no SUS.

Aos Resultados Esperados se vinculam 10 indicadores para seu monitoramento e avaliação. Este desenho peculiar de ML busca romper a fragmentação burocrática tradicional, de tal forma que cada um dos três resultados aporta esforços para promover ações públicas integradas de gestão, participação e accountability.

Em setembro de 2018, o Ministério da Saúde promoveu uma reorganização funcional que decorreu na transferência das competências do DAI/SGEP para o Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa da Secretaria Executiva (DGIP/SE), migrando a gestão do TC para esse Departamento. Com a nova gestão do Governo Federal, a partir de 01 de janeiro de 2019, ocorreram novas mudanças na gestão do Ministério da Saúde como um todo, acarretando um processo de reestruturação regimental ao longo de 2019, que incluiu o desenho e a implantação de um novo organograma (Decreto nº 9,795, de 17 de maio de 2019). Dentre outras alterações, ressalta-se a extinção da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, cujos departamentos e atribuições foram formalmente remanejados, em geral, para o DGIP/SE, a Ouvidoria-Geral do SUS (agora vinculada à recém criada Diretoria de Integridade), o DENASUS (passou à condição de órgão de assistência direta e imediata ao Ministro) e outros departamentos que deverão assumir as competências relacionadas à promoção da equidade em saúde voltadas para populações em situação de vulnerabilidade (como, por exemplo, as Políticas Nacionais de Saúde Integral das Populações Negra, do Campo, da Floresta, das Águas, em Situação de Rua, LGBT, ciganos, etc, que anteriormente ficavam sob a gestão do DAGEP/SGEP). Tais mudanças, naturalmente, impactaram a execução das ações do TC-88 ao longo de 2019 e do 1º semestre 2020, desde a elaboração dos instrumentos de planejamento e gestão até os de monitoramento, avaliação, reorientação e fortalecimento, que gradualmente foram retomadas no 2º semestre de 2020.

Em set/2019 foi iniciado um processo de discussão do TC-88 e de revisão de sua Matriz Lógica com vistas a atender o novo organograma do MS e às expectativas do DGIP/SE/MS. Tal processo foi interrompido pela premência do surgimento do Coronavírus Sars-CoV-2 que, identificado em dez/2019 e desde o início de 2020 vem se espalhando pelo mundo, demandando a priorização dos melhores esforços do sistema de saúde à resposta a esta emergência de saúde pública de interesse internacional, declarada como Pandemia em 11/mar/2020 pela Organização Mundial da Saúde - OMS. NA ocasião, de maneira justificada, as energias foram direcionadas às atividades de resposta direta e aos termos de cooperação que apoiavam diretamente no fortalecimento da vigilância em saúde, na reorganização dos serviços - principalmente hospitalares - e na regularização das cadeias logísticas de insumos. No final do 1º sem/2020, foram retomadas as discussões a respeito do TC, sendo deliberadas a sua prorrogação por mais cinco anos (até dez/2025) e a necessidade de se retomar a revisão de sua Matriz Lógica após o arrefecimento da pandemia. Na ocasião, além do DGIP, também manifestaram interesse na continuidade da cooperação via TC-88 a Ouvidoria-Geral do SUS e o DENASUS, de tal forma que o projeto segue contemplando Resultados Esperados que atendam os três departamentos, mas também permitam um melhor planejamento, uma execução mais ágil e um acompanhamento das atividades desenvolvidas junto a cada um dos parceiros.

Em consequência, em 2020 foi publicado o 2º Termo de Ajuste - TA2, celebrado entre o MS e a OPAS, publicado no DOU nº 215, seção3, de 11/nov/2020, tendo por objetivo a prorrogação da vigência do TC88 até 31/dez/2025. Importante destacar que, a prorrogação do TC pretende seguir aprimorando a governança e a gestão estratégica e participativa no SUS, fortalecer o sistema de saúde nacional, a partir do fortalecimento de seus processos de gestão, dentre os quais, o planejamento e a pactuação interfederativa (União, Estados e Municípios) e os gestores do SUS (Ministério da Saúde, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais), a gestão participativa, o controle social e a participação da comunidade, as ações de controle, monitoramento e avaliação, os mecanismos de transparência, os processos de educação permanente e a educação em saúde, envolvendo os diversos atores do sistema, como gestores, profissionais da saúde, prestadores, usuários e cidadãos.

O ano de 2021, marcado pelo avanço da vacinação contra a Covid-19 em todo o território nacional, indicou a retomada de ações

de desenvolvimento institucional entre o DGIP e as Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde, desenvolvimento de ações pelo projeto de fortalecimento da regionalização no SUS e de apoio ao desenvolvimento de capacidades do DENASUS, tendo o ano finalizado com a realização de encontros regionais e nacional de Superintendências, cumprindo seus objetivos de desenvolver ações para o fortalecimento dos processos de gestão compartilhada do SUS, planejamento, monitoramento e avaliação.

Ao longo do primeiro semestre do ano de 2022, o DGIP/SE/MS passou por modificações no seu processo de condução das atividades diante das duas trocas de gestão no âmbito do departamento, e na redefinição de estratégias após mudanças de gestão no âmbito da Secretaria Executiva. No entanto, as ações pactuadas em PTA seguiram relevantes e estratégicas mesmo diante das alterações do corpo diretivo e da atribuição de responsabilidades internamente nos setores.

3. 1º SEMESTRE DE 2022

3.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	1 Gestão do SUS fortalecida, mediante cooperação técnica, gestão compartilhada, aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, integração regional e controle público.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Numero de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas; 2. Numero de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas; 3. Numero de iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas; 4. Numero de cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão; 5. Numero de ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde. 6. Numero de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas. 7. Numero cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados. 8. Número de cooperação visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas. 9. Número de iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão. 10. Número de ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	20 10 4 12 12 10 8 16 12 10
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	5
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	5

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

No Plano de Trabalho Anual 2022 foram planejadas as seguintes ações vinculadas ao Resultado Esperado 1: "Apoiar as reuniões da Comissão Intergestores Tripartite -CIT"; "Desenvolver ações do projeto de fortalecimento da regionalização no SUS (1ª etapa)"; "Desenvolver ações junto às Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde, às instituições e aos entes federados para aprimorar as capacidades institucionais"; e "Desenvolver ações para o fortalecimento dos processos de gestão compartilhada do SUS, planejamento, monitoramento e avaliação".

Ao longo do primeiro semestre de 2022 foram realizadas ações que consideram prioridade dar andamento às ações que estejam de acordo com o objetivo da Secretaria Executiva de consolidar mecanismos de governança colaborativa, destacando as contratações que visam subsídios técnicos ao seu fortalecimento institucional, apoiar a produção e o estabelecimento de consensos entre entes federativos e a construção de mecanismos de pactuação internos e externos que favoreçam a integração de políticas de saúde.

Destaca-se a realização do Projeto Fortalecimento da Regionalização e do Planejamento Regional Integrado e Aprimoramento dos Instrumentos de Gestão no Âmbito do Sistema Único de Saúde, que tem como objetivo geral contribuir com o desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento da regionalização, do planejamento regional integrado, o aprimoramento dos instrumentos de gestão e, portanto, a organização da rede de atenção à saúde para ampliação da cobertura e do acesso da população às ações e aos serviços de saúde.

Ainda seguindo o alinhamento da estratégia da Secretaria Executiva, foram realizadas contratações de estudos técnicos e de eventos que possibilitaram direcionar ao desenvolvimento das capacidades institucionais das Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde - SEMS, com destaques para o "Projeto de Gestão Itinerante" que, em atividades práticas, apoiou a ida da equipe gestora do DGIP/SE/Ministério da Saúde a realizar visitas in loco às Superintendências Estaduais em diversas partes do país. As visitas aos estados subsidiaram a realização de encontros regionais das SEMS nesse 1º sem/2022. Foi realizado também o "3º Encontro Nacional do Apoio Institucional da Gestão Federal do SUS" (São Paulo, 01 a 03/jun/2022), que contou com ampla participação de autoridades e técnicos do MS (Secretário executivo e equipes da SE e das demais secretarias no Ministério, com destaque para a equipe técnica e de gestão do Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa - DGIP/SE) e das 26 Superintendências Estaduais do MS – SEMS (superintendentes e técnicos das SEINSEFs), além de representantes do CONASS e do CONASEMS e de pesquisadores convidados para palestrar durante o evento.

A cooperação também apoiou a realização de estratégias de desenvolvimento das capacidades institucionais por meio de ações de saúde digital, que compreendem capacitações em telessaúde e plataformas digitais para condições crônicas em áreas remotas e condições específicas de vazios assistenciais.

Ainda por meio dessa cooperação, foram realizados estudos técnicos que compõem o projeto denominado "Aperfeiçoamento e Qualificação da Gestão Estratégica e Participativa no SUS", proporcionando à gestão do Ministério da Saúde análises e o desenvolvimento de projetos propositivos para a governança e regionalização do SUS nos diferentes estados brasileiros. Além da continuidade das ações do projeto de "Fortalecimento da Regionalização e do Planejamento Regional Integrado e Aprimoramento dos Instrumentos de Gestão no Âmbito do SUS", cujo objetivo geral é contribuir com o desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento da regionalização, do planejamento regional integrado e o aprimoramento dos instrumentos de gestão.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

O termo de cooperação em questão, tendo o DGIP/SE/MS como contraparte, passou por modificações no seu processo de condução das atividades diante das duas trocas de gestão no âmbito do Departamento neste 1º sem/2022, e na redefinição de estratégias após mudanças de gestão no âmbito da Secretaria Executiva. No entanto, as ações pactuadas em PTA seguiram relevantes e em execução, mesmo diante das alterações dos corpos diretivos. Assim, todas as ações foram executadas em alguma medida. Para a plena realização dessas atividades foram percebidas necessidades de novos alinhamentos sobre os processos de cooperação e seus resultados esperados diante das mudanças de gestão, com vistas a uma maior celeridade de execução das demandas essenciais, mas também e principalmente visando ao atingimento dos objetivos do TC88. Considera-se relevante destacar a importância de um envolvimento mais técnico entre as partes para a obtenção de resultados mais potentes quanto à temática de Governança no SUS.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

As atividades realizadas no 1º semestre de 2022 para o alcance do Resultado Esperado 1, no âmbito da cooperação técnica com o MS, estão voltadas ao fortalecimento da gestão interfederativa, compartilhada com as Secretarias

Estaduais de Saúde (representadas pelo CONASS) e as Secretarias Municipais de Saúde (representadas pelo CONASEMS), e têm correlação com os indicadores a seguir:

- 1 - Número de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas;
- 2 - Número de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas;
- 5 - Número de ações de cooperação técnica que contribuam para a estruturação do sistema de saúde;
- 6 - Número de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas.

2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	2 Participação e controle social ampliados e fortalecidos, mediante formação de lideranças sociais; apoio às organizações da sociedade civil e conselhos de saúde; e aperfeiçoamento dos mecanismos de participação
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Numero de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas; 2. Numero de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas; 3. Numero de iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas; 4. Numero de cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão; 5. Numero de ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde. 6. Numero de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas. 7. Numero cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados. 8. Número de cooperação visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas. 9. Número de iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão. 10. Número de ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	20 10 4 12 12 10 8 16 12 10
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	0
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	0

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

Não houve ações programadas no 1º semestre/22.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Não se aplica para o período.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Não se aplica para o período.

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	3 Aperfeiçoamento de estratégias para qualificação do controle, do monitoramento e da transparência no SUS.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	1. Numero de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas; 2. Numero de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas; 3. Numero de iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas; 4. Numero de cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão; 5. Numero de ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde. 6. Numero de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas. 7. Numero cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados. 8. Número de cooperação visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas. 9. Número de iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão. 10. Número de ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	20 10 4 12 12 10 8 16 12 10
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	0
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	0

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

Não houve ações programadas no 1º semestre/22.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Não se aplica para o período.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Não se aplica para o período.

3.2 CONTRIBUIÇÃO ÀS PRIORIDADES DO GOVERNO E AO PLANO ESTRATÉGICO DA OPAS

O TC88, celebrado entre a OPAS/OMS no Brasil e o Ministério da Saúde, tem por objetivo principal apoiar as iniciativas do país para a implantação / implementação da "Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS", visando contribuir para o alcance de seus objetivos e, em última instância, para os processos de garantia e construção de bases para o direito à saúde dos brasileiros, expresso nos princípios constitucionais da universalidade, da integralidade, da equidade e da participação social, assim como os princípios organizativos do SUS: a descentralização, o comando único e a regionalização.

As ações desenvolvidas no âmbito do TC-88 aportam, portanto, ao fortalecimento do sistema de saúde nacional, a partir do aprimoramento de seus processos de gestão, dentre os quais, o planejamento e a pactuação interfederativa (envolvendo os três níveis de governo: União, Estados e Municípios) e os gestores do SUS (Ministério da Saúde, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais), a gestão participativa, o controle social e a participação da comunidade, as ações de controle, monitoramento e avaliação da ação pública e de atores vinculados, os mecanismos de transparência, os processos de educação permanente e a educação em saúde, envolvendo os diversos atores do sistema, como gestores, profissionais da saúde, prestadores de serviços, usuários e cidadãos.

Assim, as ações e atividades planejadas e executadas neste Termo de Cooperação contribuem para o alcance de objetivos de políticas nacionais, e colaboram para o desenvolvimento e concretização de compromissos internacionais do Brasil e da Região expressos em diversos diplomas e tratados. Entre eles, ressaltam-se o Plano Estratégico da OPAS 2020-2025, no que se refere aos Resultados Intermediários (RIM): "1-Acesso a serviços de saúde integrais e de qualidade", "9-Fortalecimento da gestão e governança" e "10-Aumento do financiamento público para a saúde". Também aporta diretamente às prioridades expressas na Estratégia de Saúde Universal (CD53, 2014), com destaque para as linhas prioritárias de "fortalecimento do papel condutor das autoridades nacionais e da governança do sistema de saúde", de "fortalecimento da coordenação intersetorial para abordar os determinantes sociais da saúde" e de "redução de barreiras, inclusive financeiras, para o acesso da população aos serviços de saúde necessários".

3.3 LIÇÕES APRENDIDAS/RECOMENDAÇÕES

A Pandemia de Covid-19 representou um forte impacto para saúde das pessoas em todo o mundo. Para o enfrentamento da pandemia, os gestores (federal, estaduais, DF e municipais) têm sido pressionados por adoção de medidas e respostas ágeis para reorganização dos serviços de saúde, aprimoramento da gestão, desde a atenção primária à saúde aos serviços especializados ambulatoriais, hospitalares, apoio diagnóstico, urgência e emergência, com priorização das ações de enfrentamento da pandemia, mas com o desafio de garantir a continuidade do cuidado para atender às demais necessidades de saúde da população. Além do impacto direto na assistência, impôs aos gestores as necessidades de rápidos aprendizado e desenvolvimento de capacidades de reinventar a gestão, seja na forma de atuação e relacionamento intergestores, nos processos internos de trabalho e de cooperação técnica, demandando aos atores de governança do SUS, no caso, à gestão federal, estabelecer um processo de planejamento mais efetivo e sistêmico por parte do MS, que proporcione maior capacidade de articulação interfederativa e de apoio e cooperação técnica com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e do Distrito Federal, de forma integrada, priorizando as suas necessidades. Destaca-se a recomendação de constante aprimoramento dos processos de planejamento de maneira conjunta entre as áreas técnicas e de gestão do Ministério da Saúde e da OPAS/OMS, de modo que a cooperação técnica seja catalizadora de processos nacionais que potencializem e qualifiquem a governança no SUS, com vistas à concretização de seus princípios e alinhados com as orientações que regem as Administrações Públicas brasileira e internacional.

3.4 RESUMO SEMESTRAL: 1º SEMESTRE

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1	5	5	0	50%
2	0	0	0	0%
3	0	0	0	0%
Total:	5	5	0	50%

3.5 EXECUÇÃO FINANCEIRA (de acordo com o relatório financeiro oficial da OPAS/OMS)

Recursos repassados:	US\$ 11,688,949.50
Recursos desembolsados:	US\$ 8,884,883.40
Pendente de pagamento:	US\$ 848,372.14
Saldo:	US\$ 1,955,693.96